

AO EXPEDIENTE DO DIA
14 de 03 de 17
PRESIDENTE



Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete do Deputado Ricardo Barbosa

PROJETO DE LEI Nº 1246, DE 2017.

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO POR
POLICIAIS DO SEXO FEMININO NAS
DELEGACIAS DE POLÍCIA DO ESTADO DA
PARAÍBA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º - O atendimento às mulheres vítimas de violência e o respectivo procedimento específico, nos quais as circunstâncias do caso recomendem o atendimento especializado, deverá ser realizado por policial do sexo feminino em todas as delegacias de polícia do Estado da Paraíba.

1º Parágrafo - O atendimento referido no *caput* não poderá ser feito por policiais do sexo masculino mesmo por ocasião de licenças, férias ou afastamentos previstos em lei ou regulamento.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor:

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2017.

RICARDO BARBOSA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Um brocardo famoso atribuído ao celebre Aristóteles, define o sentimento que envolve toda e qualquer preocupação com as mulheres, em se tratando de uma minoria, na acepção da palavra e no sentido político: "Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade."

Toda violência praticada contra a mulher se reveste de uma força destrutiva contra toda sociedade. Daí a necessidade do poder público buscar instrumentos legais cada vez mais protetivos e empoderadores do gênero feminino.

Tendo sido violada em seu direito, de tal forma que seja ela vítima de violência, deve *ab initio*, como uma atitude que seja terapêutica, ser tratada com dignidade, sob pena de agravar o dano moral e físico sofrido pelo ato violador.

Como, na maioria das vezes, o agressor é um homem, num primeiro momento a figura masculina representa, mesmo sendo um profissional que a atende, ou sintetiza a dor sofrida naquele ato que acometido contra a mulher. Por isso, seja necessário restringir o atendimento por polícias do sexo feminino nas delegacias do Estado.

Diante do exposto, compreendemos ter razões sobejas, além dessas mencionadas acima, que nos levam a oferecer esta propositura à apreciação dos nobres Pares. Por fim, esperamos poder contar com a aprovação da matéria, dada sua relevância em relação às mulheres.


RICARDO BARBOSA
Deputado Estadual